

PENSAR O ESPAÇO DO HOMEM: UM PROJETO POLÍTICO NA SALA DE AULA DE GEOGRAFIA

Samira Pedutti Kahil¹

INTRODUÇÃO

No momento em que nos convidaram gentilmente para participarmos desta publicação sobre os "projetos no contexto escolar" uma constelação de eventos nos envolvia e nos impulsionava para uma necessária e mesmo urgente reflexão sobre o sistema educacional brasileiro. Podemos otimistamente dizer que tais acontecimentos abalavam nossa convicção pessimista em relação ao estado precário do sistema educacional do país e, particularmente, o ensino da geografia. As persistentes fragmentações do conhecimento (fazer-pensar; ensinar-aprender; saber acadêmico-saber escolar; conhecimento científico-saber popular) estão sendo postas em debate. "Ora, o que não é pensado insiste!" nos diz Alain Badiou e, queremos crer que tais propostas de discussões das persistentes fragmentações do pensamento geográfico contemporâneo, ultrapassando as tentativas de sínteses disjuntivas que somente restauram a repetição das dualidades, se queiram uma forma de superá-las (BADIOU, 2007, p. 12).

Desde a temática "desafios do pensar e do fazer geográficos" pré-proposta para a reunião de 2009, pela Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE), que julgamos ser entidade das mais representativas dos atuais programas de pesquisas geográficas do país, passando pela temática "A Geografia que se Faz e a Geografia que se Ensina" proposta da Semana de Estudos promovida, em novembro de 2008, pelo Centro Acadêmico de Geografia da UNESP - Rio Claro e pela oportunidade de examinarmos uma dissertação de mestrado acadêmico "Caminhos e Experiências do ensino do Lugar em Práticas Docentes", defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Rio claro - se num primeiro momento tudo nos impulsionava intempestivamente à crítica de tais propostas - entendendo a crítica no sentido de uma reflexão radical sobre os acontecimentos ou eventos - justamente o intempestivo foi importante para o desenlace de nosso empreendimento em pensar criticamente tais dualidades e, de maneira inaudita não o ser.

Nesse sentido, nossa proposta aqui é, modestamente, buscar contribuir com um projeto de educação para sociedade brasileira, convictos que estamos de que um projeto é um pensamento político e que, portanto, há um elo singular entre escola de pensamento e política - elã fundamental para a necessária invenção da política como experiência transformadora, uma experiência preocupada e responsável em criar politicamente uma nova sociedade, um homem novo. Mas se o pensar é projeto político, o insistente pensar por dualidades (geografia do pensar -

¹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, IGCE, UNESP, Campus Rio Claro.

Publicado originalmente no livro *Projetos no Contexto do Ensino, Pesquisa e Extensão: dimensões políticas, filosóficas e metodológicas*. Campinas. Ed. Mercado de Letras, 2010. Organizado por Maria Antônia Granville.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 49-60, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

geografia do fazer, ensinar-aprender, saber científico-saber escolar, etc.), o projeto de 'educar para' (educação para cidadania, educação ambiental, educação sexual, etc.) é também um projeto político (de quem?), um projeto que, até posso dizer que é estúpido, ou ao menos que não é pensamento porque não passa de técnicas de fazimento, mas que hegemônica e persistentemente se impõe nas escolas brasileiras, seja na universidade, no ensino médio ou no ensino fundamental, evidentemente nos autoriza perguntar: que fazer de que se sabe fazer? Mais uma vez, para responder a essa questão é preciso projeto, e projeto político! Porque se não houver projeto, a única resposta é bem conhecida. É o mercado, o lucro, as sociedades anônimas que nos dirá o que fazer.

Uma das maiores perversidades do projeto educacional vigente, ousamos em dizer, é negar-se a si próprio enquanto pensamento — o que o torna apolítico, o que corrobora com um processo caviloso de inocentamento dos processos totalitários, entretanto evidentes, do capitalismo que hoje nos determina. A política é pensamento, um projeto pedagógico não é pensamento, logo ele não é político - esse silogismo dissimula as imposições totalitárias do atual projeto político ultraliberal para a educação e que pouco a pouco, sem que o percebamos, passa da ordem do projeto à ordem do automatismo.

Com desprezo por tudo que é conhecimento sistematizado pela humanidade os processos pedagógicos envolvendo professores e alunos não são capazes de deflagrar, nem em um nem no outro, a necessária coragem para sair do solo seguro do senso comum e expor-se audaciosamente ao choque dos acontecimentos e, solidariamente a este, possibilitar desenvolver até o fim as implicações necessárias de uma questão formulada. Ou seja, a resistência ao pensamento radical, resistência à experiência da razão desinteressada, deixa campo aberto ao exercício da razão instrumental aos interesses de uma fração da sociedade, de uma classe e o projeto político pedagógico que ganha corpo a partir dessa racionalidade proposital, é um projeto funcional aos desígnios de um pensamento único. Fundada em um pensamento único, a razão desse projeto promove na verdade uma política única.

Ao que tudo nos indica ao proceder a crítica da modernidade através da crítica da razão, desavisadamente ou por preguiça, jogou-se o bebê junto com a água do banho. Com a crítica da modernidade, a crítica à razão instrumental, a crítica à racionalidade técnica, a crítica à tecnociência, a crítica à indústria cultural, com que o século XX pensou seu pensamento, toda razão foi dispensada, abrindo caminho real para idéias minúsculas, facilitações, caminhos mais curtos para se chegar aos fins. "Contra o otimismo do positivismo do século XIX que afirmava o poder do conhecimento, o século XX descobre e coloca em cena o extraordinário poder da ignorância" (BADIOU, 2007, p. 83).

Destas considerações, nosso projeto político pedagógico para o ensino de geografia quer, na sala de aula, provocar excitação necessária à experiência intelectual, ou seja, um modo de forçagem do pensamento, um trabalho sistemático de pensar que nos obrigue, alunos e professores, a depararmos-nos continuamente com seus limites e misturar-se com o que é aparentemente estranho - o real. Somente tal forçagem do pensamento é capaz de pôr em evidência alguns eventos do real que só podem ser apreendidos na interseção entre "práticas" e "elaborações conceituais absolutamente autônomas e com causalidades próprias".

"Plenitude material e concreção dos problemas é algo que a filosofia só pode alcançar a partir do estado contemporâneo das ciências particulares. Por sua vez, a filosofia não poderia elevar-se acima das ciências particulares para tomar delas os resultados como algo pronto e meditar sobre eles a uma distância mais segura. Os problemas filosóficos se encontram continuamente e, *em certo sentido*, indissolúvelmente, encerrados nas questões mais determinadas das ciências particulares" (ADORNO, 1996, p 334 [grifo nosso]).

A lição de Adorno nos ensina aqui por em relação dois intuitos. Para nos fazermos entender, diríamos: entre o pensar científico e o pensar reflexivo, filosófico. O que não é tarefa fácil. *Em certo sentido*, e o grifo é proposital para evitar o ardil da afirmação, *em certo sentido* não é correlação dialética, mas imbricação, imanência. Tal empreendimento de pensamento no contexto da sala de aula é tão importante aos meus olhos que já lhe dediquei alguns escritos² e tanto mais que conto estabelecer neste artigo um itinerário para pensar o espaço geográfico como filosofia e, uma filosofia porque um projeto para análise, crítica e reflexão sobre o espaço do homem; uma filosofia porque interpretação crítica das formas-conteúdo que o espaço adquiri historicamente e que, portanto, é também uma filosofia particular porque se faz em torno de um objeto que é princípio e fim desse projeto de pensamento: o espaço.

Somos contemporâneos de uma filosofia da ciência que não se deixa subsumir sob um vocábulo único. Não há um procedimento do pensamento que se fecha em uma ontologia, em uma analítica ou em uma doutrina. O tempo do pensamento esta aberto para um regime de apreensão diferente.

Nossa intervenção consiste então em traçar uma diagonal, pois o trajeto do pensamento que tento passa por esses três pontos saturados na discussão científico-filosófica contemporânea, buscando especialmente fazer uma geografia inventiva, operando um método de análise fundado em uma teoria crítica que radicalmente contribua para a superação das persistentes fragmentações do pensamento geográfico.

Nessa tarefa não há como não assumirmos as lições de Milton Santos cuja proposição ou posição filosófica nos permite entender que o real não é a teoria, mas o reconhecimento do real da experiência de que falam os conceitos que construímos e que servem para levantar questões sobre o real, refazendo os passos do pensamento que conceituou a coisa da experiência. Numa clara intenção epistemológica de conceituar e buscar os materiais analíticos para uma definição do espaço que seja pertinente à geografia, Milton Santos mais que uma teoria, nos oferece a possibilidade de questionar, de exercitar o pensamento a conhecer a realidade, por si próprio. Permite-nos assim, a construção de um pensamento imanente à natureza do espaço, uma epistemologia "como algo situado entre a teoria e o real: você constrói a teoria e ela própria lhe permite extrair uma

² Publicado há quase quinze anos: "Uma Filosofia do Espaço do Homem" (in: CARLOS, F., Hucitec, 1996, p. 73-79); e mais recentemente, "O Lugar de Todo Mundo: ponto de partida para o ensino de geografia" (in: GRANVILLE, M. A., Papyrus, 2007, p. 301-314); e "Meio técnico-científico informacional: comunicação mundial, educação e democratização política" (in: CONCEIÇÃO, F., Salvador: Edufba, 2008, p. 27-38).

epistemologia, isto é, o acesso ao real. E esta teoria também já veio do real por outro caminho, que é histórico, que é este mundo novo que está se fazendo" (SANTOS, 1994, p. 174).

O LUGAR E O MUNDO: IMANÊNCIA E TRAMA COMPLEXA DE ACONTECIMENTOS

Sem nos arrogarmos a fornecer um formulário de técnicas de ensino, o que escapa a nossa competência, nosso empreendimento aqui tem o objetivo de dar uma modesta contribuição no sentido de impulsionar o entusiasmo pelos estudos geográficos, buscando reconhecer alguns aspectos principais de nossa época, tomando como premissa as atuais dinâmicas das transformações mundiais do meio geográfico e, para que o exercício de entendimento do mundo seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento, este exercício de pensar deve, por si próprio, ser dinâmico e transformador da própria realidade - do lugar.

Na fase atual da história, mais que nunca, o Mundo é uma trama complexa de acontecimentos entretecidos por uma profusão de eventos e uma também complexa vida de relações. Mas o que é o Mundo senão um conjunto de possibilidades do acontecer? Ou seja, o "mundo se dá como latência, um conjunto de possibilidades até que, chamadas a se realizar, transformam-se em extenso." Tais possibilidades reais, histórica e geograficamente irrealizadas, se tornam realizadas através da ação, dos eventos que acontecem, se realizam nos lugares como particularidades imanentes do mundo. O lugar se define assim como particularidade imante ao mundo - um movimento interativo no qual mundo e lugar fertilizam-se mutuamente (SANTOS, 1996, p. 99). É bom ter em, conta que o lugar não é uma parte do Mundo. O lugar é o Mundo em movimento - um movimento dinamizado pelos eventos - um movimento permanente de metamorfose do real-abstrato em real-concreto, e vice-versa - dito de outra maneira, a totalidade em perpétuo movimento.

Nesta nova fase da história, o espaço geográfico é um dos mais importantes aspectos das possibilidades de realização do Mundo - dado o estágio técnico-científico e informacional contemporâneo possibilitar indissociavelmente sistemas de ações e sistemas de objetos alcançarem lugares no mundo. Ao alcançar os lugares, o Mundo muda ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica se instala no lugar. Assim, os lugares se diferenciam pelo fato de que são diversamente alcançados, seja qualitativa, seja quantitativamente, pelos sistemas de ações e sistemas de objetos. O meio geográfico é hoje um meio técnico-científico informacional que possibilita mais que antes, alcançarmos o mundo - pelos satélites, pelos faxes, pela televisão, pelo celular - todos estes meios técnicos que nos trazem informações do mundo.

A despeito do desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional e a trama complexa de acontecimentos a que temos acesso hoje, o Mundo se tornou menos visível, as relações que demandam o mundo são extremamente opacas para a maior parte dos homens, principalmente para nós do lado de cá do Equador - o que está a nos exigir um esforço ainda maior de compreensão do que é o Mundo, compreensão que implica um projeto, ou seja, uma tomada de posição primeiro intelectual e em seguida política.

Como o mundo necessita da mediação dos lugares para se funcionalizar, o território, que é dimensão política do espaço geográfico, termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Daí a importância teórica e política de uma geografia renovada proposta por Milton Santos de trabalharmos o "território usado", sobretudo hoje, quando o espaço passa a ser instrumento da competitividade que se está tornando irresistível no processo da economia política globalizada, mais que nunca a análise da história que está se fazendo e a que se pode fazer (de volta ao mundo, portanto) deve ser o ponto de partida de um projeto político pedagógico na sala de aula de geografia.

Algumas premissas delineadas e longe da ambição de fornecer um programa pedagógico acabado, estamos sugerindo partirmos do mundo (como totalidade em movimento), do espaço geográfico (como conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações) para compreensão da dinâmica dos lugares, do uso do território, das transparências ou intransparências da paisagem, da força política da formação sócio-espacial.

Para uma compreensão do que é o mundo hoje, consideramos importante o desenvolvimento de alguns temas, como por exemplo:

- *Modernidade* — como processo histórico; como projeto de emancipação do homem intrinsecamente ligado às garantias de universalização dos direitos sociais; como processo histórico de desenvolvimento técnico-científico; como projeto perverso de colonização, imperialismos e totalitarismos do poder sócio-econômico capitalista; etc. para chegarmos ao entendimento da fase atual da modernidade.

- *As Revoluções técnico-científicas* - o fenômeno técnico, a filosofia e a ciência, a tecnociência, a ciência como processo histórico, etc. para auxiliar na composição de uma periodização que possibilite a compreensão dos processos de transformações e da fase atual da história da Humanidade.

Num projeto pedagógico interdisciplinar estes temas certamente são ampliados e tratados nas aulas de História e Filosofia. Para as aulas de Geografia tais temas permitem tratarmos o processo de transformação do meio geográfico: do meio natural ao meio técnico-científico informacional, desde que consideremos a indissociabilidade dos sistemas de materialidades e os sistemas de atividades. Estes temas são importantes temas mediadores da relação dialética possível de se estabelecer entre o Mundo e o Lugar, totalidade e particularidade, unidade e diversidade. Ainda mais hoje, quando a "universalização do mundo pode ser constatada nos fatos" (SANTOS, 1988, p.14).

Hoje, o próprio espaço geográfico é evidência do Mundo - ele é forma e conteúdo das evidências dos diversos momentos do processo de mundialização: multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; universalização das trocas, universalização do crédito, universalização do consumo, universalização da informação, etc., portanto, podemos afirmar que a totalidade, a universalidade não é mais uma criação de nosso pensamento - não é mais uma abstração, não é somente uma idéia ou ideal da modernidade. Assim, mesmo que se divida a geografia - em geografia política, geografia econômica, geografia cultural, não é possível trabalhar estas dimensões do espaço geográfico sem o Mundo. E, isto tudo não quer dizer que o mundo se tornou homogêneo e as diferenças sociais ou espaciais se apagaram. Bem o contrário, o que é evidente é um aprofundamento das desigualdades, universalização da pobreza, das doenças, da ignorância, etc..

que não podem ser explicados sem levarmos em conta as evidências da universalização das hegemonias, das oligarquias, de uma racionalidade instrumental ao capital que universaliza uma cultura que ameaça o homem de uma também alienação total.

DA TOTALIDADE-MUNDO AOS LUGARES. EVENTO E DIVISÃO DO TRABALHO: MEDIAÇÃO INDISPENSÁVEL

Nosso desafio então, *grosso modo* delineado até aqui, é partirmos da totalidade-mundo. O que por si só já é um desafio disruptivo do pensamento - um desafio porque exige tratarmos a totalidade como categoria analítica capaz de ajudar, professores e alunos, nós próprios em sala de aula, construirmos uma teoria do espaço geográfico e contribuirmos com a ciência geográfica, ou seja, participarmos de um projeto político como cidadãos capazes de pensar o espaço do homem. Para tanto um caminho é partirmos da totalidade concreta como ela se nos apresenta hoje - examinando as relações efetivas entre o mundo e o lugar - o que implica reexaminarmos o papel dos eventos e da divisão do trabalho como mediações indispensáveis para a compreensão do movimento universal das transformações, do processo de transformação do mundo e do lugar, ou seja, do espaço geográfico.

Consideremos, como nos ensina Milton Santos (1996), o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Ibidem, p. 51), os eventos como ações ou conjunto de ações e acontecimentos veículos das possibilidades de realização do mundo (Ibidem, p. 113) e a divisão do trabalho como motor da vida social e da diferenciação espacial (Ibidem, p. 104). Partindo destes pressupostos teóricos tomemos um lugar para exemplificar. Tomemos o Brasil, um lugar, uma formação sócio-espacial singularizada por um movimento de gravitação complexa, em que volta e meia, se repetem os ideais, os universalismos, as modernidades e projetos de modernizações adrede estabelecidos, mas que submetidos às influências do lugar, gera uma nova constelação cujas graças, desgraças, ambigüidades, dualismos, desigualdades, etc., são matéria pré-formada sobre as quais operamos e, de forma em forma, a despeito de nossos cochilos na história, resultam singulares, indicando algum alcance mundial que tem ou podem ter esta nossa sociedade nacional³.

E são, pois, os eventos que unem em movimento interativo o mundo e o lugar, universalidade e particularidade, e que, empiricizando o mundo nos lugares transformam o todo, que é uma integral, em seus diferenciais. Portanto, "(...) o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através dos eventos, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global" (SILVEIRA, 1993, p. 204-5).

Hoje, não há quem duvide que o capitalismo é mundial. Mas, de fato, o modo de desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América não é o mesmo, ou não se realiza ao mesmo tempo e ao mesmo ritmo na Alemanha, no

³ Para compreensão da formação sócio-espacial de países periféricos, é importante notar que esta categoria de Karl Marx "formação sócio-econômica" vem sendo historicamente trabalhada nas humanidades brasileira. Entre tantos importantes autores que trabalham esta categoria, para além de sua operacionalização para a geografia em toda obra de Milton Santos, ver Celso Furtado, Sergio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro... *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(2): 49-60, jul./dez. 2012 (ISSN 1678-698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Japão ou no Brasil. Isto porque, "cada lugar, cada subespaço assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho" (SANTOS, 1996, p. 109).

É toda relevância da divisão social do trabalho mediando a realização e a compreensão do movimento das transformações sócio-espaciais. Importa aqui traçarmos uma diagonal, para exorcizar toda tentativa dualista, entre espaço tempo: considerando o espaço geográfico, como um conjunto indissociável de sistemas de ações (tempo de trabalho vivo) e sistemas de objetos (se artificiais, tempo de trabalho morto e, se naturais, sujeitos ao tempo histórico que os delimita, projeta sua proteção ou uso), estamos a dizer, juntos com Milton Santos, que o espaço é ao mesmo tempo, com licença do pleonasma, um conjunto de tempos. Assim é que da história da sucessão e da sobreposição das divisões do trabalho trabalhamos o tempo como categoria empírica do espaço geográfico, definindo-os a partir dos mesmos elementos e adotando os mesmos parâmetros.

Voltemos à situação do Brasil. Na definição do seu papel na divisão internacional do trabalho, o Brasil tem deixado historicamente, instilar-se pelas determinantes do mercado externo. Assim é que internamente, a divisão territorial do trabalho se dá privilegiando-se algumas regiões, enquanto outras ocupam um papel ancilar no processo de desenvolvimento do país. E, em que pese a diversidade das regiões garantir nossa riqueza cultural, a preservação dessa riqueza continua ameaçada pela já histórica inarticulação entre os mecanismos institucionais que organizam o espaço das atividades econômicas e os mecanismos institucionais que promovem a igualdade social. "Dessa histórica inarticulação a situação atual em que nos encontramos é ainda mais conflituosa" (KAHIL, 2005, p. 7193).

Ajuda-nos a explicação de tal situação, tomarmos uma região do território nacional para mostrarmos como sua constituição é um processo de formação pautado por uma ideologia do crescimento e competitividade que se fundamenta na lógica do mercado global, das instituições privadas e corporativas⁴. Uma tal lógica tem uma finalidade única que é a de garantir a eficácia do sistema das ações hegemônicas do próprio mercado e se realiza através da imposição e comando da política feita pelo Estado no sentido de viabilizar a constituição de um meio instrumentalizado técnica, científica e informacionalmente, em função de seus desígnios.

A lógica que preside as políticas de instalação dos sistemas de engenharia (infra-estruturas) na região central do Brasil, no mais das vezes é destinada a favorecer, dar suporte às ações produtivas que comandam, impõem uma morfologia e uma funcionalidade local muito adequadas aos interesses das grandes firmas e a interesses exógenos à região, enquanto que a lógica que preside as políticas sociais é suplementar e reboqueada pelas insurgências e tensões decorrentes exatamente do uso seletivo e hierárquico do território.

Em função da coexistência dessas lógicas, isto é, da lógica global e da lógica local, se produz no lugar um novo arranjo territorial, cuja dinâmica é ritmada pelo conjunto das possibilidades concretas que tem modificado a relação entre o

⁴ As generalizações sobre as regiões do território brasileiro que arriscamos aqui tomar como exemplo, são fundamentadas em necessária revisão bibliográfica e, tão ou mais fortemente, na pesquisa por nós realizada, (2005-2008), sobre o "Uso do Território Brasileiro: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no livro da agricultura moderna - região central do Brasil". Pesquisa financiada pela FAPESP.

lugar e o mundo e que internamente se traduz em uma verdadeira "guerra entre os lugares", conseqüentemente à fragmentação do território e afinal a perda de autonomia e soberania política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 112).

Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Sendo assim, superpõem-se nele também diversos circuitos de produção criando solidariedades entre elementos novos e herdados - distintas combinações técnicas e sociais do trabalho.

O uso privilegiado e permissivo do território pelo sistema de ações hegemônico das macro-empresas e do Estado, cria nos lugares, quaisquer escala que o tomemos, dinamismos de integração, mas também desagregações - numa palavra: uma tensão política (KAHIL, 2005, p. 7197).

O movimento das sucessivas modernizações do território brasileiro, como sempre nos lembra Milton Santos, é um processo incompleto e seletivo, que insiste na reprodução das desigualdades (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118). Devemos acrescentar que, ao nosso ver, no momento atual, como num círculo vicioso, se radicalizam as desigualdades regionais, pela expansão aos serviços e administração públicos, dos mesmos nexos e princípios da administração privada, um sistema de ações hegemônicos e corporativos que se fundamenta num pensamento único - a administração das ações com vistas à aceleração do crescimento e competitividades a qualquer custo.

A difusão, em território nacional, dos novos nexos da modernização capitalista através de políticas de desconcentração, desenvolvimentos locais sustentáveis, arranjos e especializações produtivas locais, atingem já hoje, muitas zonas e pontos longínquos do território nacional criando novas interdependências e novas hierarquias entre regiões e entre classes sociais (KAHIL, 2005, p. 7199). Pode-se dizer que para além de hierarquias, os novos nexos heteronômicos, desarranjam ou ainda decompõem qualquer esquema de forças políticas.

Viabilizadas pelo desenvolvimento técnico e progressos obtidos com as telecomunicações e informatização do território, as empresas, as corporações estendem a área de produção, dividem e especializam o trabalho, segmentam o território e o mercado o que exige aprofundarem as relações de solidariedade organizacional entre pontos distantes que, ao tempo desejado pelas mesmas empresas, recebem verticalmente ordens e normas estabelecidas de fora, muitas vezes supranacionais.

No Brasil, um país de tamanha extensão territorial e tamanha dívida externa, o processo de criação das condições para o desenvolvimento socioeconômico, se pauta numa agenda que tem privilegiado as regiões onde se situam atividades de produção destinadas à exportação.

Assim, o adensamento dos sistemas de engenharia, o aumento do contingente populacional, a elevação do número de cidades, a especialização das atividades produtivas, são algumas manifestações territorialmente visíveis, das atuais transformações socioeconômicas que se operam no Brasil Central. Tal adensamento resulta da importância que assume para o Estado brasileiro, a atividade de produção e exportação da soja na região Centro-oeste do país, atividade muito responsável pelo equilíbrio da balança comercial e pela afirmação do país na divisão internacional do trabalho.

DINÂMICAS DO TERRITÓRIO: SOBRE A LÓGICA QUE PRESIDE OS SISTEMAS DE AÇÕES E A INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE OBJETOS

A ideologia do "crescimento econômico" é de uma unanimidade, quase que sem resistência, entre os administradores da "política" - esse conjunto de ações hegemônicas representadas entre outras pelos grupos de pressão (*lobby*), assessorias das grandes corporações nacionais e internacionais, o *marketing*, as mídias e instituições privadas.

Na esteira desse projeto, reduzido a um projeto econômico dependente da iniciativa das grandes empresas que atuam no plano internacional, o já longo processo de "modernização do território brasileiro", é um processo de formação pautado por uma ideologia do crescimento e competitividade que se fundamenta na lógica do mercado em estado puro, na forma de organização das instituições privadas e corporativas, em que tudo se apresenta como decisão técnica ditaminada pelas conexões internacionais.

Uma tal lógica tem finalidade única que é a de garantir eficácia e elevada performance ao sistema das ações hegemônicas das empresas no mercado internacional. Parodiando os desígnios do modelo que se nos oferecem os sistemas de ações da esfera privada, é que as políticas econômicas da nação se empenham no sentido de viabilizar a constituição de um meio instrumentalizado técnica, científica e informacionalmente, seguindo também a rígidos critérios técnicos. Fundadas na racionalidade instrumental a-crítica e obediente às exigências do "crescimento", os planos políticos reduzidos ao plano econômico, conduzem cegamente a instalação de sistemas de engenharia e de produção fazendo-nos aceitar tais políticas como sinais de modernidade e desenvolvimento do país como um todo.

Como tudo que é moderno hoje se apresenta como decisão técnica e, portanto, parece ser inquestionável, tal ideologia pseudo-nova, transforma-se em potência invisível. Em verdadeiro delírio a mídia, os governos, os empresários, as instituições representativas dos diversos segmentos da sociedade, todos em uníssono aclamam políticas de crescimento econômico como projeto mais viável de participação no mercado globalizado e conseqüentemente reclamam os meios de realização prática desse projeto mirabolante de globalização que depende dos grandes sistemas de engenharia que permitam a maior circulação e o mais dinâmico movimento de capitais - sejam estas coisas materiais, homens ou informação - sobretudo favorável às corporações.

De qualquer modo, o caráter demiurgo do Estado é evocado, quer para executar as tarefas necessárias à viabilidade das empresas privadas, quer para justificar as desventuras impostas por um mercado heteronômico. O Estado é evocado a estabelecer uma política, mas de mão única - interesses privados impõem tarefas ao Estado, o que gera clientelismos e o Estado age no sentido de servir uma sociedade composta de empresários e consumidores, o que resulta em corporativismos. Não há, em outras palavras, uma construção social do político, não

há virtude política⁵, não há cidadania. "As conseqüências são inescapáveis para o exercício dos direitos políticos e para a garantia dos direitos sociais, incluindo entre estes a garantia dos direitos civis" (CARVALHO, 2002, p. 59).

"Um sistema econômico nacional", como o define Celso Furtado, não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo (FURTADO, 1999, p. 18).

Justificado e legitimado pela ideologia do crescimento, no entanto, no mais das vezes, os gastos públicos se orientam em benefício de grandes empresas cujo desempenho permite ao Brasil aumentar suas exportações, e dando prioridade aos investimentos em infra-estruturas indispensáveis às exigências de maior mobilidade das atividades, maior fluidez e alargamento das áreas submetidas aos cálculos do capital corporativo.

De fato, falarmos genericamente de capital não nos ajuda na tarefa analítica. Portanto é indispensável qualificarmos o capital ou mesmo, classificá-lo. Para tanto, interessa sobremaneira demonstrar dados sobre os recursos destinados ao financiamento dos equipamentos do território que aparece sobre a forma de empréstimos multilaterais, isto é, da conjugação de recursos nacionais e de recursos externos. Avaliações e análises de dados além do trabalho de campo nos autorizam afirmar que o financiamento dos equipamentos territoriais (bens de capital para infra-estrutura) e o financiamento da modernização da economia (bens de capital para fins industriais), como vêm se processando, reforçam o poder do sistema financeiro que passa a direcionar todo o processo no sentido da especialização produtiva, a organizar a vida de relações entre regiões e, conseqüentemente, a divisão territorial do trabalho no país. Podemos dizer que é toda uma recomposição orgânica do território, conseqüência do maior conteúdo de ciência e técnica (capital constante) que vai se instalando no território e que ao mesmo tempo requerem também, maior adiantamento de capital variável já que as novas tecnologias são exigentes de força de trabalho mais qualificada.

Para não perder de vista nosso propósito de entendimento da atual dinâmica do território nacional, uma distinção aqui é preciso ser resgatada. Há uma distinção no processo de globalização abrangente das atividades produtivas e a globalização dos fluxos financeiros e monetários. A primeira é um processo antigo cuja evolução implica a sucessão das transformações do meio técnico em meio técnico científico-informacional, enquanto a segunda ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido - Estados Unidos, Europa e Japão. Tanto uma como a outra, fundamentam seu dinamismo nas forças do mercado e hoje se associam no comando das políticas de desenvolvimento de países, como o Brasil.

No processo de globalização das atividades produtivas o território brasileiro vem se instrumentalizando, modernizando seu conteúdo técnico, científico e informacional. As políticas que historicamente presidiram a instalação de tais equipamentos no território nacional nos permitem avaliar, do ponto de vista do espaço geográfico, o processo de formação territorial e o papel que jogam, sucessiva e concomitantemente, as políticas nacionais e internacionais e agora,

⁵ Autores brasileiros não se cansam de apontar a ausência de espírito público de virtude republicana em nossa tradição. Se há virtude entre nós, brasileiros, ela é localizada na vida privada (a cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, a "casa" de Roberto da Matta, no paternalismo e no favor de Roberto Schwarz, etc.)

plurinacionais na dinâmica regional brasileira, no mais das vezes fragmentando o território.

É um desafio que se nos apresenta atualmente, o de identificar a lógica imanente ao agenciamento dos recursos por esses complexos transnacionais e que monitoram as políticas nacionais. Limitamo-nos aqui a assinalar a lógica que, a luz de nosso entendimento, preside as mutações que hoje se operam no território brasileiro e que só podem ser analisadas se compreendermos a montagem de um sistema mundial cujo dinamismo se traduz no lugar, em um novo desenho na alocação de recursos para a realização eficaz dos sistemas de ações hegemônicas, da economia e da política mundiais.

PERDER TEMPO COM E O PENSAMENTO: DESAFIO AOS JOVENS PROFESSORES E ALUNOS DE GEOGRAFIA

Por fim, toda nossa pretensão aqui em contribuir com o projeto político pedagógico na sala de aula de geografia quer tão somente provocar o pensamento a demorar-se diante dos conceitos, expondo-os audaciosamente ao choque dos acontecimentos, buscando exatamente inquietar-se. Mas hoje, diante do turbilhão dos acontecimentos, diante da aceleração das transformações e da densidade da vida de relações, qual fato, quais acontecimentos estão à altura de nos inquietar a ponto de nos levar a pensar? E porque a dificuldade de pensarmos, imaginarmos que um outro mundo é possível?

Tendo em vista estas questões, pode parecer 'negativo' o saldo de nossas reflexões aqui expostas. Primeiramente, derivado talvez de minhas próprias limitações em expor claramente as perplexidades consagradas pelo tempo, e depois, pela impossibilidade de respondê-las objetiva e conclusivamente. De fato, isto deriva da própria situação de quem, percebendo a urgência de um pensamento que diante do esgotamento dos esquemas conceituais que visam orientar a ação, deseja partilhar as perplexidades e, na articulação entre reflexão e confrontação com o campo dos acontecimentos, encontrar o motor de uma elaboração conceitual passível de crítica e que criativamente contribua com o urgente projeto político para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. "A atualidade da filosofia". Texto encontrado in: http://www.ia.unesp.br/pos/stricto/musica/musica_livrosecapitulos.php, 1996.

BADIOU, Alain. O Século, Aparecida-SP: Editora Idéias & Letras, 2007.

CARVALHO, J. M. "Cidadania na Encruzilhada". in: Bignotto, N. Pensar a República. Belo Horizonte: Ed. 'UFMG, 2002.

FURTADO, Celso. O Longo Amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

KAHIL, S. P. Usos do Território: uma questão política. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo 20 a 26 de março de 2005. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo; USP, 2005, p. 7193-7204.

SANTOS, Milton, Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton, A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção, São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton, Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L., O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura, "Totalidade e fragmentação: espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino." in: Santos, M. et al. (orgs). Fim de século e globalização, São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, pp. 201-209.